

O circuito crítico da circulação das notícias sobre os acontecimentos políticos no Brasil entre jovens da periferia de Belém

Rosaly de Seixas Brito (*Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA*)

Rosane Steinbrenner (*Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA*)

A midiaticização da cena política brasileira sofreu intensa aceleração entre 2016 e 2017, marcada pela irrupção de uma sucessão de acontecimentos no sentido que lhes é atribuído por Quéré (2005). Acontecimentos que excederam qualquer possibilidade de cálculo prévio e provocaram rupturas nas condutas habituais dos sujeitos. Os media constituem o *locus* privilegiado de tessitura do que o autor chama de campo problemático instituído pelo acontecimento que, em sua reverberação midiática, leva a uma reorganização da experiência por parte dos sujeitos por ele afetados. O campo problemático é um campo novo, a partir do qual outros acontecimentos se inscrevem e ganham significação. Mas ao mesmo tempo que os acontecimentos afetam as pessoas, também se veem por elas afetados e têm seu curso alterado, enredados em intensas disputas de sentido (CARVALHO, 2015). Os sujeitos operam, assim, uma contra-efetuação dos acontecimentos, produzindo novos sentidos, por meio de uma transação (QUÉRÉ, 2005). Precisamente, essa contra-efetuação se deu no âmbito da circulação que, conforme Fausto Neto, “institui novas formas de interações entre produtores e receptores de mensagens, complexificando seus papéis, ao organizá-los conforme novas dinâmicas de interfaces (2010, p. 55). O propósito do artigo é examinar como os recentes acontecimentos políticos brasileiros afetaram e como se deu a sua contra-efetuação por parte de jovens da periferia de Belém do Pará, indagando como se deu a compreensão deles por esses jovens a partir das múltiplas referências de sua experiência. Pretende-se elucidar os deslocamentos provocados pelas “dinâmicas de interfaces”, na apreensão contemporânea dos acontecimentos políticos pelos de atores sociais desse segmento etário.

Palavras-chave: Acontecimentos políticos brasileiros. Disputas de sentido. Jovens da periferia de Belém.

ABSTRACT

The mediatization of the Brazilian political scene underwent intense acceleration between 2016 and 2017, marked by the irruption of a succession of events in the sense attributed to them by Quéré (2005). Events that exceeded any possibility of previous calculation and caused ruptures in the habitual behaviors of the subjects. The media constitute the privileged locus of fabrication of what the author calls problematic field instituted by the event that, in its mediatic reverberation, leads to a reorganization of the experience on the part of the subjects affected by it. The problematic field is a new field, from which other events are inscribed and gained meaning. But at the same time that events affect people, they are also affected by them and have their course altered, entangled in intense disputes of meaning (CARVALHO, 2015). The subjects thus operate a counter-effect of events, producing new meanings, through a transaction (QUÉRÉ, 2005). It is precisely this counter-effect that occurred in the context of the circulation, which, according to Fausto Neto, "institutes new forms of interactions between producers and receivers of messages, complicating their roles and organizing new ones confirms new interfaces dynamics" (2010, 55). The purpose of this article is to examine how the recent Brazilian political events have affected and how its counter-effect was given by young people from the periphery of Belém do Pará,

asking how they were understood by these young people from the multiple references of their experience. The aim is to elucidate the dislocations caused by the "interface dynamics", in the contemporary apprehension of political events by those of social actors of this age group.

Key-words: Brazilian political events. Sense disputes .Young people from the periphery of Belém.

Introdução

A cena política brasileira viveu um período de grande turbulência desde as eleições presidenciais de 2014, que culminou com o impeachment da presidente então eleita, Dilma Roussef, e a posse de seu vice, Michel Temer, principal articulador do que tem sido visto, pela configuração de meios e atores envolvidos no processo, como um golpe parlamentar meticulosamente urdido para derrubar sua antecessora. Na noite do dia 17 de maio de 2017, parecia que o jogo começava a virar contra Temer. Irrompeu de maneira inesperada na cena midiática um escândalo político que, pela primeira vez, o envolvia diretamente nos escândalos de corrupção apurados no âmbito da Operação Lava Jato¹. Somavam-se então nove meses desde a sua posse como presidente da República no Brasil, apenas três horas depois de ter se consumado a destituição de Dilma Roussef.

Tratava-se da revelação feita por um dos donos do grupo JBS, gigante do ramo de frigoríficos, Joesley Batista, em gravação que a Rede Globo de Televisão levou ao ar naquela noite no Jornal Nacional, após ter vindo a público notícia veiculada pelo jornalista Lauro Jardim, do jornal O Globo, que reproduzia conversa mantida pelo

¹ A fase ostensiva da maior operação de apuração de escândalos de corrupção de que se tem notícia no Brasil fora deflagrada no 17 de março de 2014, voltada a investigar várias organizações criminosas e doleiros que para elas trabalhavam, que vinham sendo monitorados desde 2013. Nesta primeira fase foram cumpridos 81 mandados de busca e apreensão, 18 mandados de prisão preventiva, 10 mandados de prisão temporária e 19 mandados de condução coercitiva, em 17 cidades de 6 estados e no Distrito Federal. Foi constituída uma força-tarefa em abril de 2014 pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para examinar o material apreendido na primeira fase da investigação. O resultado desse trabalho levou ao oferecimento das primeiras denúncias em maio de 2014. Inspirada na Operação Mãos Limpas, na Itália, a operação forneceu os principais insumos no processo que levou ao impeachment de Dilma Roussef em 2016. Em seus múltiplos desdobramentos, a Lava Jato evidenciou a seletividade de seus alvos, em especial o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, sua sucessora e o partido de ambos, Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, a operação acabou por envolver também aliados políticos de Michel Temer. Logo após a posse deste, por exemplo, vieram a público gravações de conversas mantidas pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), em que fazia apelo para que fosse estancada a “sangria da Lava Jato” e sugeria um grande acordo que envolvesse até mesmo ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Sobre o histórico da Lava Jato ver:

<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico/por-onde-comecou> . Acesso em 23 Set. 2017.

empresário com Michel Temer em sua residência, que não figurou na agenda oficial do presidente. Na conversa, o presidente ouve passivamente, sem qualquer espanto, o relato minucioso do empresário sobre condutas criminosas e ainda dá o seu aval para a compra do silêncio do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, com a frase que se tornou o ponto-chave para que fosse incriminado - “tem que manter isso, viu?”.

O encontro, gravado em acordo de delação premiada², aconteceu cerca de um ano e meio depois do então presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), ter autorizado o pedido de impeachment da presidente Dilma e oito meses depois de Cunha ter sido preso numa das operações da Lava Jato por recebimento de propina e lavagem de dinheiro.

O episódio do vazamento da gravação³, adjetivado como “bombástico” pelo apresentador do Jornal Nacional, assinalou uma clara mudança da postura editorial do grupo da família Marinho, até então apoiador de Michel Temer, assumida de forma contundente em editorial do jornal O Globo, dois dias após a veiculação da gravação de Joesley Batista em rede nacional, em que o jornal conclama o presidente a renunciar ao cargo⁴. Essa postura não foi seguida com a mesma contundência por outros veículos de comunicação de circulação nacional, como os jornais O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo, que, cautelosos, buscaram minimizar o acontecimento e até mesmo desqualificar a denúncia⁵.

² No dia 07 de março, por volta das 22 horas, em encontro que não constava da agenda presidencial, o empresário Joesley Batista é recebido no Palácio Jaburu e durante 40 minutos grava escondido conversa com o presidente da República. Além de concordar com as insinuações de Joesley de efetuar pagamentos para manter o silêncio de Eduardo Cunha, o presidente ainda indica Rodrigo Rocha Loures como interlocutor da JBS no governo. Semanas depois, Loures é filmado recebendo R\$ 500 mil em dinheiro vivo dos empresários. A gravação fazia parte do acordo de delação premiada de executivos do grupo JBS, homologado no dia 10 de maio, por meio do qual receberam da Procuradoria-Geral da República e do Supremo Tribunal Federal a garantia de que não seriam presos pelos crimes confessados. Ver cronologia do caso JBS em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/05/A-cronologia-do-caso-JBS-press%C3%A3o-dela%C3%A7%C3%A3o-e-questionamentos>.

³ Ver noticiário do dia 17/05/2017 em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/05/17.html>. Acesso em 18 Mai.2017.

⁴ No editorial de 19/05/2017, admitindo ter apoiado desde o primeiro instante o “projeto reformista do presidente Michel Temer”, o jornal assume sem meias palavras sua mudança de posição e afirma que “nenhum cidadão, cômico das obrigações da cidadania, pode deixar de admitir que o presidente perdeu as condições morais, éticas, políticas e administrativas para continuar governando o país”. Em seguida afirma que a renúncia é o que os cidadãos de bem esperam de Temer. Ver editorial em <https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial-renuncia-do-presidente-21365443>. Acesso em 20 Mai.2017.

⁵ O *Estadão* levantou suspeitas sobre os interesses que estariam por trás do vazamento do áudio de Joesley Batista e a *Folha* assinalou, em editorial, o caráter “inconclusivo” do depoimento do delator tendo publicado em seu site, na mesma noite em que foi ao ar a gravação, matéria em que um perito apontava

De todo modo o teor da gravação do delator e seus desdobramentos, após ocupar uma edição inteira do Jornal Nacional no dia 17 de maio e boa parte das edições dos telejornais da emissora nos dias subsequentes foi suficiente para gerar uma grande reviravolta no cenário político do país, marcado por intensa midiaticização desde antes das eleições presidenciais de 2014. Entenda-se, aqui, a midiaticização nos termos de Braga (2012), Fausto Neto (2009, 2010) e Sodré (2010). Na visão deste último autor, há um reordenamento artificial do mundo em curso, baseado em tecnointerações, que repercute diretamente nas formas assumidas pelo poder, nas identidades, mentalidades e condutas, em que a forma midiática condiciona e “se abre a permeabilizações ou permite hibridizações com outras formas vigentes no “real-histórico” (2010, p. 23).

A ordem tecno-discursiva midiática estimula, conforme Antonio Fausto Neto, uma nova forma de organização social, que gera “uma irremediável intersecção entre os campos sociais, fazendo com que os processos interacionais sejam estruturados em torno de novas lógicas relacionais” (2009, p. 26). Ainda que não sejam dissolvidos os campos sociais sob a vigência dessa nova ordem, verifica-se uma fluidez de fronteiras entre eles, pois estas se transformam em “zonas de pregnância”. Isso faz com que se diluam conceitos polares, como os de produção e recepção de discursos, em vista de um novo regime de circulação tecnossocial.

José Luiz Braga concorda que a midiaticização promove um atravessamento dos campos sociais estabelecidos, gerando situações indeterminadas. Segundo o autor, a “mídia”⁶, genericamente nomeada, já não pode ser considerada como um corpo estranho na sociedade, pois há uma crescente midiaticização dos processos sociais em geral. Vale dizer: há um transbordamento das lógicas midiáticas para os mais diversos âmbitos da vida social, a despeito de haver uma coexistência e imbricamentos entre estas e outros processos interacionais mais longamente estabelecidos, como a oralidade presencial e a escrita, por exemplo (2012, p 35).

Considerando a intensa midiaticização da cena política brasileira atual e seus múltiplos desdobramentos, neste artigo propomo-nos a investigar como se deu a

mais de 50 edições no áudio da conversa gravada clandestinamente, buscando desqualificar a base material da denúncia.

⁶ Mídia, do termo latino *medium* (no plural *media*), meio, entendida como artefatos resultantes de invenções técnicas que a partir do século XIX passam a intervir no desencadeamento das interações discursivas dos seres humanos, podendo ser definidos, portanto, conforme Adriano Duarte Rodrigues (s/d), como dispositivos midiáticos de enunciação ou dispositivos midiáticos discursivos.

circulação dos recentes acontecimentos políticos do país entre jovens da periferia de Belém do Pará e compreender qual a percepção que estes têm da cena política atual, a partir das múltiplas referências de sua experiência. Tomamos o “caso JBS”, antes descrito, como um acontecimento-pivô, espécie de síntese das turbulências que têm marcado a vida política no país, pelo efeito disruptivo que este apresenta em relação a uma ordem de sentido hegemônica que vinha sendo tecida no âmbito da mídia tradicional brasileira.

Entendemos tal episódio como um acontecimento público, que se singulariza e midiaticamente se dá a conhecer em escala viral, inscrevendo-se em um campo problemático, nos termos de Quéré. O campo problemático é um campo novo, a partir do qual outros acontecimentos se inscrevem e ganham significação. Trata-se de um conjunto de problemas enredados, cuja análise está mais ou menos estabelecida em termos de causas e consequências, de tipos de agentes e de razão para agir (2011, p. 27). Um acontecimento singular, de acordo com o autor, pode revelar um campo problemático mais geral, permitindo que se lance sobre ele um novo olhar, capaz de “realçar não somente riscos e perigos, que ele cria em parte, mas também ocasiões e oportunidades a colher e, assim, relançar o exame dos problemas, fazer emergir novas tarefas ou novas perspectivas para a acção pública” (idem, p. 28).

Sobre a transformação do acontecimento público em espetáculo político-midiático, Maria Helena Weber (2011), observa que esta forma de espetáculo permite identificar a confluência entre os poderes da sociedade, do indivíduo, da política e da mídia, destacando a centralidade do afeto e das paixões como dispositivos para a compreensão teórica do acontecimento. A passionalidade, aliás, conforme a autora, é um ingrediente sempre acionado pela mídia, o que faz com que se aproxime cada vez mais a matéria informativa da estética publicitária. “Mesmo com a participação ativa das instituições políticas, a hibridação do acontecimento é um processo de visibilidade intensa desencadeado e controlado pelo espaço midiático capaz de traduzir o acontecimento e comercializar o espetáculo” (2011, p. 190).

É importante assinalar que, ao mesmo tempo que os acontecimentos afetam as pessoas, também se veem por elas afetados e têm seu curso alterado, enredados em intensas disputas de sentido (CARVALHO, 2015). Os sujeitos operam, assim, uma

contra-efetuação dos acontecimentos, produzindo novos sentidos, por meio de uma transação (QUÉRÉ, 2005).

O recorte do universo da pesquisa foi feito propositalmente entre jovens moradores de bairros periféricos de Belém, todos vinculados a coletivos políticos e de cultura. Interessava-nos saber até que ponto jovens que já são ativistas e engajados em causas socioculturais e políticas são sensíveis ao que está se passando no âmbito da política brasileira; como leem e interagem com os acontecimentos políticos que se desenrolam cotidianamente na cena midiática – tomando o caso JBS como exemplar pela carga de significação que contém, como explicitado acima; como, e se repercutem, essas notícias em suas redes sociais; qual a relação que estabelecem entre a política institucional do país e a realidade mais próxima de sua vida cotidiana e de sua comunidade, onde se materializam suas formas de intervenção política.

Ao todo foram doze interlocutores da pesquisa, entrevistados com base em roteiro de perguntas semiestruturadas que buscava aferir a opinião deles sobre a política em geral e os acontecimentos políticos brasileiros recentes, instando-os também a opinar sobre como os jovens podem contribuir para mudar o cenário político do país. Além disso, responderam questionário com perguntas fechadas sobre como tomaram conhecimento do caso JBS no dia em que este veio à tona na cena midiática e como repercutiram o acontecimento em suas redes sociais.

Além desta parte introdutória, o artigo está dividido em três tópicos. No próximo tópico, traçamos o pano de fundo da reaparição recente dos jovens como protagonistas de lutas políticas, desde a chamada Primavera Árabe, passando pelas Jornadas de Junho de 2013, caracterizadas pela ocupação massiva das ruas, mas também pelo permanente trânsito entre as ruas e as redes sociais. Em seguida serão discutidos os dados obtidos pela pesquisa de campo e, ao final, analisamos o cenário que é possível delinear a partir desses dados quanto às formas e sentidos da participação política de jovens que já experimentam uma condição de subalternidade, caso dos interlocutores da pesquisa, responsável em grande medida por seu engajamento político.

Notas sobre as insurgências políticas juvenis contemporâneas

Os protestos desencadeados massivamente no Brasil em junho de 2013, que ficaram conhecidos como Jornadas de Junho, foram surpreendentes em muitos sentidos,

entre outros porque não tinham uma agenda muito clara, colocavam em suspeição as tradicionais organizações políticas - como partidos, sindicatos e parlamentos -, revelaram modos mais individualizados de engajamento político e um uso intensivo das redes digitais para, ao mesmo tempo, convocar e mobilizar os protestos de rua e construir narrativas sobre a movimentação das ruas a contrapelo do discurso midiático. Este, em muitos momentos, quis atribuir aos jovens protagonistas do movimento a pecha de *baderneiros* e *vândalos*, mas se viu obrigado recuar diante da força e potência das Jornadas. As redes e as ruas estavam interconectadas e mutuamente implicadas.

Tal como observa Ricardo Fabrino Mendonça (2017, p. 16), a singularidade das Jornadas de Junho “reside, sobretudo, no volume de pessoas protestando em diversas localidades, nas formas como se organizaram e na multiplicidade de questões levantadas”. Nesse sentido, a seu ver, o termo deve ser entendido como um “guarda-chuva, que encampa ações políticas muito diferentes e profundamente articuladas às realidades locais de mobilização, a questões municipais e estaduais, além das nacionais” (idem, p. 17). Sem que se perceba essa sobreposição de camadas, conforme o autor, é impossível apreender as jornadas em sua densidade histórica.

Cada geração, afirmou à época, Renato Janine Ribeiro, “tem o direito de ter o seu maio de 1968 [...] este deveria ser um direito humano básico” (2013, p. 17)⁷, permitiu-se brincar o filósofo. Ainda que de modo espontâneo, sem coordenação ou clareza programática, o Brasil conheceu naquele junho de 2013, de acordo com Marco Aurélio Nogueira, “a face mais visível de uma crise que vinha de longe, que trocara sua manifestação explícita por uma latência recorrente que aos poucos foi corroendo a representação política e pondo em xeque a legitimidade dos governos” (idem, 2013, p. 20).

Mas apesar de sua irrupção aparentemente inesperada e das características de que se revestiram, os protestos deitavam raízes profundas, conforme aponta Garcia, em problemas estruturais do país e de suas metrópoles, como as deficiências em geral da prestação de serviços públicos, centralmente sintetizadas na crise do sistema de transporte e mobilidade urbana, que ofereceu o mote para a deflagração do movimento, este soando como “um grito de indignação e angústia coletiva” (NOGUEIRA, 2013, p. 20).

⁷ No prefácio do livro de NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As ruas e a democracia*. Brasília, DF: Contraponto, 2013.

Não é o caso de discutir detalhadamente aqui o acontecimento em si das Jornadas de Junho, como fizemos em outro momento⁸, e sim de tomá-lo como um marco exemplar da reaparição dos jovens como protagonistas da cena política no país⁹, além de situá-las em um contexto mais amplo de movimentos similares ocorridos no mundo desde pelo menos 2011, com a chamada Primavera Árabe. Estes movimentos se espalharam “por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias” (CASTELLS, 2013, p. 8)¹⁰, apresentando características muito semelhantes, ressalvadas as especificidades de suas agendas. Eles pareciam apontar para uma ressignificação e alterações significativas nos modos de os jovens inscreverem-se na cena política neste início do século XXI.

Tais insurgências políticas juvenis, seja na manifestação massiva na praça Tahir no Cairo, em janeiro de 2011, marco inicial da Primavera Árabe e que desencadeou uma onda de manifestações que abalou a ordem política do mundo árabe, seja nas Jornadas de Junho no Brasil em 2013, embora ocorridas em contextos tão diversos, guardavam características em comum, como assinalado acima. Entre elas, destaque-se: foram rebeliões multifacetadas, potencializando a indignação ante múltiplas formas de opressão nos cenários urbanos; ausência de lideranças políticas formais; certa recusa aos partidos políticos; descrédito em relação à forma tradicional da democracia; crítica contundente à mídia tradicional; confluência entre o espaço público das ruas e as redes digitais.

Para Manuel Castells (2013, p. 11), esse *espaço em rede*, situado entre o espaço digital e o urbano, é um ambiente de comunicação autônoma, que responde pela emergência do

⁸ Tratamos das Jornadas de Junho de maneira mais exaustiva em outro artigo, disponível em <http://ciseco.org.br/anaisdocoloquio/index.php/edicao2/103-politica-juventude-e-rede-venpraru-em-belem>

⁹ Na história recente do Brasil, os últimos movimentos que haviam levado os jovens massivamente às ruas, em escala nacional, foram a Campanha pelas Diretas-Já, em 1984, e o movimento Fora Collor, em 1992, protagonizado por jovens que ficaram conhecidos como “carapintadas”, pois pintavam os rostos de verde e amarelo, cores da bandeira nacional, para reivindicar a restituição da ética na política e o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, ironicamente o primeiro presidente eleito por voto direto desde o golpe militar de 1964.

¹⁰ Entre eles situam-se a rede global de movimentos Occupy, sob o lema “Unidos pela mudança global”, que nos Estados Unidos tem o nome de Occupy Wall Street, a chamada Primavera Árabe, em 2011, que derrubou ditaduras instaladas há décadas na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen, o movimento dos Indignados na Espanha, as greves e ocupação das ruas na Grécia, a revolta nos subúrbios de Londres, os movimentos estudantis por educação pública e gratuita no Chile. Grande parte deles ocorreu em 2011, provocando uma onda de mobilizações que tomou a dimensão de um movimento global.

que ele chama de *autocomunicação*, em que os atores dos movimentos têm a possibilidade de se dirigir diretamente à sociedade, sem que precisem ficar reféns da mediação discursiva dos meios controlados pelas grandes corporações midiáticas.

Para além desse aspecto, Mendonça, preocupado em compreender a relação entre esses movimentos multitudinários contemporâneos e a democracia, afirma que estes têm colocado a própria noção de democracia em questão. E isso se deve a fatores diversos, antes de tudo ao fato de que as práticas democráticas e instituições vigentes são postas em xeque, pelas falhas apontadas no exercício da representação política e na atuação dos partidos políticos. Outro aspecto central é a corrupção sistêmica e a influência de grupos econômicos em diversas esferas do poder. Porém, como ressalta o autor, ao mesmo tempo que se faz críticas contundentes à democracia, a defesa dela aparece de maneira genérica, podendo ensejar grupos de ação opostos (2017, p. 3-4).

Por outro lado, o autor levanta uma questão central para entender a tessitura desses movimentos contemporâneos, que parecem se afastar dos clássicos movimentos de massa que a tomavam como uma totalidade em grande medida homogênea. Em seu lugar, emergem movimentos que evidenciam a dimensão do singular na construção do comum e requerem que vejamos o comum como o encontro de singularidades. Recorrendo a Arendt, Mendonça destaca que, de acordo com a filósofa, há uma condição necessariamente plural no comum, o que faz com que este seja o lugar de encontro ou tensão de perspectivas que permanecem singulares e únicas.

Contemporaneamente, haveria, portanto, uma ressignificação do próprio conceito de identidade coletiva, uma vez que os cidadãos estão habituados a um alto grau de agência e individualismo em sua inserção na sociedade civil. Isso se dá em um contexto de abundância comunicativa, em que se multiplicam as agências de monitoramento da ação dos agentes públicos dentro e fora do Estado, cumprindo papéis diversos, inclusive o de defesa dos interesses das minorias (MENDONÇA, 2017, p. 10). Nas democracias contemporâneas, em vista disso, acabaria por se sobressair muito mais a sua dimensão agonística, de dissenso, do que propriamente de consenso, como sustentam Chantal Mouffe e Jacques Rancière, citados pelo autor (2017, p. 13).

Daí talvez decorra a própria forma que assumiram os protestos eminentemente protagonizados por jovens neste início de século, em que há sobreposição de camadas, formadas por demandas diversas, em que as singularidades clamam por se fazerem

visíveis. Isso não quer dizer, no entanto, como destaca Mendonça (2017), impossibilidade de se formarem coletividades, e sim a conformação de novos tipos de vínculos, capazes de abrigar e incluir as diferenças e as singularidades.

Veremos, a seguir, como os dados de campo da pesquisa que ancoram este artigo, sugerem que, mesmo conectados e atentos às demandas mais amplas impostas pelo cenário político do país e cientes de que elas se relacionam diretamente com os problemas vividos em nível local, jovens subalternizados de bairros periféricos canalizam grande parte de suas energias políticas para dar conta de demandas urgentes no âmbito de suas comunidades, conformando outras formas de vínculo e de identidade coletiva, de maneira a evidenciar as singularidades de suas comunidades.

Recorte metodológico para falar de comunicação, política e juventude

A coleta de informações envolveu 12 jovens - oito mulheres e quatro homens, moradores de bairros periféricos de Belém do Pará, com idade entre 18 e 30 anos, a maior parte trabalhadores e ao mesmo tempo estudantes (62%), cursando o ensino superior (71%) e participantes de organizações sociais (83%) - e se deu de duas maneiras: 1) foi aplicado um questionário com nove questões de múltipla escolha, no intuito de dimensionar o acesso à informação e a repercussão processada pelos entrevistados das notícias acessadas e 2) foi realizada uma etapa qualitativa por meio de entrevista semiestruturada, aplicada presencialmente a nove entrevistados e respondida por email por três deles. Todos foram contatados inicialmente em um evento público, de denúncia e debate sobre questões de política pública envolvendo o tema da juventude negra e violência, realizado na quadra da paróquia do bairro da Terra Firme, antiga ocupação, estigmatizado pela violência e local de grande efervescência cultural e política.

Nessa perspectiva, o grupo de interlocutores do presente estudo integra o que Fraser (1992) chama de “contrapúblico subalterno”, entendido como grupos sociais que, em sociedades estratificadas, como é o caso do Brasil, país que se situa entre os mais desiguais do mundo¹¹, não desfrutam de uma plena paridade de participação no debate e

¹¹ Pesquisa recente da ONU (2017), aponta que o Brasil ocupa o 79º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em conta indicadores de educação, renda e saúde, mas despencou 19 posições na classificação correspondente à diferença entre ricos e pobres, situando-se entre

na deliberação da esfera pública oficial, conforme Habermas, vivenciando, ao contrário, desigualdades em relações estruturais de dominação e subordinação (Fraser, 1992, p. 152).

Propongo designar a éstos con el término de contrapúblicos subalternos, para señalar que se trata de escenarios discursivos paralelos en los cuales los miembros de los grupos sociales subordinados crean y circulan contradiscursos para formular interpretaciones opositoras de sus identidades, intereses y necesidades. (FRASER, 1992, p.151-152)

No intuito justamente de compreender o acontecimento por um enquadramento não hegemônico, três conjuntos de indagações moveram, de forma central, a interlocução com os entrevistados deste estudo: no primeiro deles buscou-se entender como os acontecimentos políticos da cena atual brasileira afetam os jovens de periferia engajados em organizações sociais, indagando sobre o seu interesse em se informar e a disposição de se exporem ao acontecimento (*Você costuma acompanhar os acontecimentos políticos do país? Por que meios?*); no segundo, entendendo a produção e circulação discursiva como resultado e expressão de um certo modo de afetação, buscou-se entender a “passibilidade” desses jovens moradores de bairros periféricos, de uma região também periférica na geopolítica nacional, em relação a acontecimentos políticos, tendo como caso guia o vazamento da gravação de Joesley Batista, envolvendo o presidente Temer (*Como você interage com as notícias políticas atualmente? Considerando o caso JBS, você produziu conteúdo sobre os fatos dos quais tomou conhecimento? Compartilhou ou comentou nas suas redes sociais? Em caso afirmativo, em que redes?*); já o terceiro rol de perguntas, objetivou perceber o efeito dessa afetação, o modo como os jovens entrevistados são tocados, se apropriam e reagem ao acontecimento e extrapolam o acontecimento em si ao campo em questão (*O que você pensa da cena política atual do Brasil? De que maneira os jovens podem contribuir, a seu ver, para mudar o cenário político do país?*).

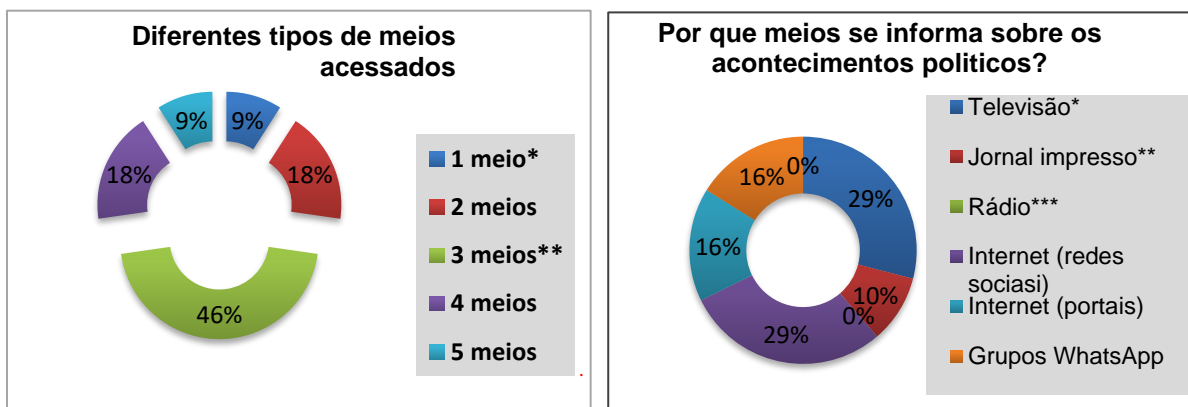
1. Interesse e acesso ao acontecimento

As respostas ao questionário - organizadas com letras do alfabeto pela ordem da coleta e aqui transcritas conforme as falas originais dos entrevistados - indicaram um

os dez mais desiguais dentre 143 países. Ver notícia em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/1490112229_963711.html. Acesso em 30 Nov.2017.

claro interesse dos jovens de periferia de Belém engajados em organizações sociais de se informar sobre os acontecimentos políticos e uma evidente disposição de se expor aos fatos. Todos os entrevistados responderam que acompanham o noticiário político (“sim”), sendo que dois deles afirmaram acompanhar eventualmente (“às vezes”).

Com relação aos meios acessados, quase a metade dos jovens entrevistados respondeu que acessa três meios diferentes para se informar, tanto meios tradicionais, em especial os telejornais da TV aberta (29%), mas preferencialmente a internet (45% - sendo 16% portais de notícias e 29% redes sociais).



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017.

É justamente pela multiplicidade¹² e contraposição de fontes, que os jovens de bairros periféricos de Belém, participantes de organizações sociais, buscam acompanhar os acontecimentos políticos com um olhar crítico, acionando formas de garantir “credibilidade”.

É complicado pra gente encontrar, né? Mas a gente *vai* sempre em jornais que mais confia, que mais dá aquela credibilidade. Assim... eu, pelo menos, vou mais pela parte da internet porque lá tem vários sites, eu posso entrar em um, se eu acho que aquilo não tá certo eu vou em outro site até buscar algo que eu acredite. (Entrevistado C)

... querendo ou não, eu procuro assistir jornais, né? (...) porque por mais que a gente saiba que a mídia ela é manipuladora, ela faz com que as pessoas se *enlatam* de informações desnecessárias, mas às vezes elas

¹² O jornal impresso aparece nas respostas como meio acessado de forma residual, porém não entre os entrevistados mais jovens. Por sua vez, o rádio não foi mencionado uma vez sequer como fonte de informação, indicando antes talvez uma ausência de cobertura da política nacional nas emissoras locais, além de uma evidente crise deste veículo junto à audiência jovem, neste caso também periférica.

também fazem o serviço de informar. E aí a gente precisa ter esse cuidado e analisar. Eu não gosto de assistir somente jornais, eu gosto de ler também. (Entrevistada D)

Eu tomo conhecimento pela televisão, que é o alcance maior que eu tenho na minha casa devido a não dispor de internet. Eu tomo conhecimento através dos telejornais. Eu não assisto só um: assisto vários pra poder contrapor. (Entrevistado E).

Importante salientar, conforme resposta de vários dos jovens entrevistados, que a condição de acesso desses jovens à internet é escassa e/ou precária, tanto pelo fator renda quanto pela infraestrutura existente na região.

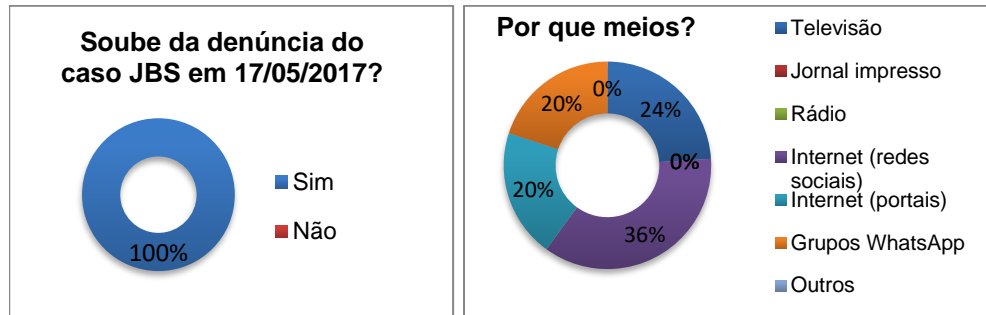
2. Circulação como modo de afetação

A totalidade dos jovens entrevistados tomou conhecimento da notícia do caso JBS, tratado aqui como acontecimento guia, de forma imediata, ou seja no mesmo dia que foi levada no ar pela Rede Globo (17 de maio) - alguns diretamente pela emissora, já em seu plantão, às 19h30.

Foi um plantão, assim: “tã, tã, tã tãã...” [*imita som da vinheta do plantão da TV Globo*]. Aí deu a cagada toda. Todo mundo se reuniu na sala e ficou olhando lá, aquilo acontecendo. Todo mundo nervoso, aquele negócio, aquele nervosismo. Mas assim, raramente isso acontece, né? A maioria das vezes a gente já sabe antes pela internet. A periferia que vem saber depois. Minha mãe, meus tios, que moram na minha casa, que não tem acesso à internet, eles vão ver na TV. Mas a gente... Mas enfim, esse dia aí foi...doido...(Entrevistado A).

A maior parte, porém, dos jovens da periferia de Belém ouvidos na pesquisa, tomou conhecimento da notícia do caso JBS, especialmente pelo Facebook ou numa combinação do Facebook e WhatsApp¹³, porém repercutindo o noticiário televisivo.

¹³ O aplicativo WhatsApp¹³ aparece claramente tanto como mecanismo para tomar conhecimento como também como lugar primordial do debate seguro, pelo ambiente de confiança e proximidade estabelecido por afinidades e pertencimento mais claramente delineados.



Fonte: Elaborados pelas autoras, 2017.

Sem comentários...

A maior parte dos entrevistados, entretanto, não compartilhou a notícia do vazamento da delação premiada dos irmãos Batista envolvendo o presidente Michel Temer em caso de corrupção comprovada e, dentre os que o fizeram, apenas um deles afirmou ter compartilhado comentado ou com opinião, ou seja, com produção de conteúdo individual ou coletivo a respeito do acontecimento em questão. Tal posicionamento parece indicar tanto uma dificuldade natural em formar opinião diante de um acontecimento político tão potente e complexo que parecia inverter os rumos da política naquele momento, quanto, talvez mais claramente, uma descrença quanto às instituições e uma impotência quanto à possibilidade de participar e influenciar o debate público.

Eu penso que é muito confuso e complicado, assim, de entender agora no momento. Talvez, assim, eu possa ter uma opinião formada lá na frente, mas agora é muito confuso. (Entrevistado G)

Bom, eu vejo com um olhar de indignação a cada notícia que a gente recebe, né, é mais um caso surpreendente, vamos dizer assim, de corrupção, de absurdos, então a gente fica cada vez mais... não sei dizer a palavra... a gente fica cada vez mais abismado com a situação e a gente fica nessa agonia de (tentar) saber o quê que a gente pode fazer, o quê que a gente deve fazer pra que mude isso, já que tá num plano tão longe da gente, tá num âmbito... né... tá no maior... no... maior cargo do Brasil, que é o vínculo com a Presidência da República. (Entrevistado F)

3. Esfera pública subalterna e ação coletiva local

Nas respostas sobre cenário e conjuntura política, além das manifestações de desalento, desesperança e temor diante do cenário político atual que, sintetizado no caso JBS, confunde e gera perplexidade – “Olha, sinceramente, eu não consigo ver uma

perspectiva de que algo melhora, sabe? Sinceramente, eu sinto medo (Entrevistado A)” – o que mais se evidencia nas falas dos jovens de periferia da cidade de Belém entrevistados é que há um claro transbordamento da circulação para fora do circuito midiático. É na proximidade da vida cotidiana, portanto, no bairro, na comunidade, que esses jovens priorizam a materialização de suas formas de intervenção política, a partir de uma agenda de interesses e necessidades próprios desses grupos e de seus lugares de vivência. A questão midiática é por eles valorizada como estratégia sim de contra-discurso, mas especialmente de mobilização política, configurando assim, a partir de uma reação ao distanciamento e exclusão do debate público oficial, uma esfera pública subalterna ou informal (FRASER 1992; AVRITZER, 2006; PERLATTO, 2015).

A internet não é salvação enquanto nem todo mundo tem acesso – a moradora lá do Xingu (...) ou atravessando aqui o rio...**Pra quem mora na periferia (a internet) é estratégia.** Da gente mobilizar as pessoas aqui, porque os jovens têm muito acesso, assim... A periferia sofre de ausência de muitas coisas, então a principal ocupação dos jovens hoje em dia na periferia...(que) sofrem de ausência de espaços de cultura, de lazer, (é ir) pra internet. Então a nossa estratégia é usar esses meios pra alcançar esses jovens que moram na periferia. (grifo nosso) (Entrevistado G)

Os jovens têm muito a contribuir pra mudar e construir uma nova alternativa pro atual cenário político do país, através de ações construídas dentro dos seus próprios bairros, cidades, comunidades e etc. Rodas de conversas, debates sobre os temas transversais, política, cultura e etc. (Entrevistado I)

Precisamos criar meios para que o acesso à informação seja ainda mais democratizado, compreender o momento em que vivemos pode contribuir para mudanças nas estruturas. (Entrevistado J)

Considerações finais

As reiteradas irrupções de escândalos de corrupção na cena midiática que marcam o período recente da política brasileira disseminaram entre os jovens entrevistados na pesquisa que gerou este artigo uma sensação generalizada de perplexidade, descrédito e desânimo, que faz com que o cenário político nacional seja visto como “chato” e distante. Um cenário, portanto, que não encoraja a acreditar que possa haver reversão a curto prazo, dada a profundidade e extensão dos escândalos, de que o acontecimento que tomamos como guia, a publicização das denúncias do empresário Joesley Batista envolvendo o

presidente Michel Temer nos crimes de corrupção apurados pela Operação Lava Jato, é uma prova incontestável.

A despeito de soar como distante o que se passa em Brasília e no núcleo do poder central do país, os jovens revelam-se bastante atentos e interessados em acompanhar o desenrolar dos acontecimentos políticos, uma vez que têm plena consciência do quanto eles interferem e se desdobram em efeitos concretos sentidos na sua vida cotidiana. Para tanto, de modo geral, não se contentam com uma única fonte, buscando quase sempre, para além da mídia tradicional, representada especialmente pela televisão, outras fontes mais credíveis na internet, que já são referência de credibilidade, para contrapor as informações veiculadas pela mídia hegemônica. Uma grande maioria deles não tem acesso doméstico à internet, o que faz com que o acesso se dê, primordialmente, pelo pacote de dados no celular ou preferencialmente em redes *wifi* por onde circulam.

Embora seja efetivo o uso das redes no seu cotidiano, os jovens entrevistados não acreditam que as redes sociais sejam substitutas da ação política direta feita na comunidade. Ficou evidenciado que é nas interações presenciais, entre seus pares, seja nos coletivos de que participam, seja em outros fóruns e ambientes, que privilegiadamente a discussão política acontece. Nesse sentido, há transbordamento da circulação do debate e das formas de expressão política para fora do sistema midiático – as pichações, a rua, a conversa presencial com grupos de maior afinidade política, em que há reverberação na forma de pensar/fazer política.

Entre tantas precariedades da vida na periferia, são muitas as urgências de que eles têm que dar conta no nível da ação política mais próxima, como, por exemplo, a luta contra o extermínio da juventude negra, vivida na própria pele, que leva à perda de amigos e parentes próximos, razão pela qual estas acabam se impondo como demandas prioritárias. Poderíamos concluir, valendo-nos de Nancy Fraser (1999, p. 19), que, por sua própria condição, os contrapúblicos subalternos, como nossos interlocutores, em sociedades altamente estratificadas como a brasileira, para além de suas demandas específicas, de antemão precisam contestar e lutar contra os limites que lhes são impostos para que possam se tornar visíveis e reconhecidos na esfera pública.

Referências

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres P. S. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 63-90.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JR, Jeder; JACKS, Nilda (Org.) *Mediação & midiatização* (Livro Compós). Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012, p. 32-53;

BRITO, Rosaly; STEINBRENNER, Rosane; SANTOS, Joice. Política, juventude e rede #vempraruá em Belém. *Anais do II Colóquio Semiótica das Mídias*. V. 2, n.1. Japaratinga, AL: UFAL, 2013. Disponível em:
<http://ciseco.org.br/anaisdocoloquio/index.php/edicao2/103-politica-juventude-e-rede-vempraruá-em-belem>.

CARVALHO, Carlos Alberto. Afetar e ser afetado pelo acontecimento: coberturas jornalísticas da Aids e impactos sociais. *Intercom – RBCC*. São Paulo, v. 38, n. 2, jul./dez. 2015, p. 253-272;

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, José Roberto. A cronologia do caso JBS: pressão, delação e questionamentos. *Nexo Jornal Digital*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/05/A-cronologia-do-caso-JBS-press%C3%A3o-dela%C3%A7%C3%A3o-e-questionamentos> Acesso em 13 Set. 2017.

FAUSTO NETO, Antonio. As bordas da circulação. *Alceu*. Rio de Janeiro, v.10, n. 20, jan-jun 2010, p. 55-69. ISSN 1518-8728 (Impresso) ISSN 2175-7402 (On-line).

FRASER, Nancy. Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. *Ecuador Debate. Opinión pública*. Quito: CAAP, n. 46, abril 1999, p. 139-174. ISSN: 1012-1498.

HARVEY, David et al. *Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

LAGE, Leandro R.; SALGADO, Tiago B. P. Por uma abordagem pragmatista dos acontecimentos. Entrevista com Louis Quééré. *ECO-PÓS*. Dossiê Comunicação e catástrofe. UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, p. 176-183, 2011. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=449&path%5B%5D=467>> . Acesso em 04 Ago.2017.

MARICATTO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes*. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MENDONÇA, Ricardo F. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 66, abr. 2017, p. 130-159.

NASSIF, Luís. Como a Lava Jato foi pensada como uma operação de guerra. 14/10/2015 (20h50). Atualizada em 10/05/2017 (17:03).

<https://jornalggn.com.br/noticia/como-a-lava-jato-foi-pensada-como-uma-operacao-de-guerra> . Acesso em 19 Mai.2017.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Brasília-DF: Contraponto, 2013.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 53, mar. 2015, p. 121-145.

QUÉRÉ, Louis. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. *Caleidoscópio 11*. Lisboa, 2011, p. 13-37.

_____. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, Lisboa, n. 6, 2005, p. 59-75;

RODRIGUES, Adriano Duarte. Afinal o que é a mídia? *Centro Internacional de Semiótica & Comunicação*. Artigos. S/d. Disponível em <http://www.ciseco.org.br/index.php/artigos/279-afinal-o-que-e-a-midia>. Acesso em 04. Set. 2017.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

WEBER, Maria Helena. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. *Caleidoscópio 11*. Lisboa, 2011, p. 189-203.